

# Em defesa da imagem do Brasil no exterior: Frederico José de Santa-Anna Nery e a escrita da história da educação no Império

Diana Gonçalves Vidal\*

## **Resumo:**

A escrita da história da educação no Brasil mobilizou diferentes sujeitos e respondeu a distintos objetivos desde as últimas décadas do século XIX, quando se registram as primeiras iniciativas do gênero. Recentemente, a decifração dessas interpretações tem agenciado pesquisadores do campo, interessados em compreender os modos como se foi configurando a produção historiográfico-educativa brasileira. Fernando de Azevedo talvez seja o intelectual mais visitado por essa comunidade. Outros autores, no entanto, ficaram esquecidos. Frederico José de Santa-Anna Nery, que sonhou com uma civilização dos trópicos e viveu a maior parte de sua vida na Europa, foi um deles. Com o intuito de trazer à cena esse personagem e tensionar a escrita da história da educação, recorrendo a análises elaboradas no período imperial, pretendo, neste artigo, abordar a produção de Santa-Anna Nery a partir de duas problemáticas (a comparação e a estatística) e do enfoque no ensino primário.

## **Palavras-chave:**

*historiografia da educação; Santa-Anna Nery; Amazônia; Império; ensino primário.*

---

\* Professora associada de História da Educação da Faculdade de Educação – USP. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (Niephe).

# In defense of Brazil's image abroad: Frederico José de Santa-Anna Nery and the writing of history in the education at the Empire

Diana Gonçalves Vidal

## Abstract:

The writing of the history of education in Brazil mobilized different subjects and responded to various objectives since the last decades of the 19<sup>th</sup> century, when the first initiatives of this kind were recorded. Recently, the deciphering of these interpretations has nourished field researchers interested in understanding the ways in which the Brazilian historiographical-educational production was configured. Fernando de Azevedo is perhaps the intellectual most referred to by this community. Other authors have, however, been forgotten. Frederico José de Santa-Anna Nery, who dreamed about a civilization of the tropics, and lived most of his life in Europe, was one of them. With the intention of bringing to light this personage and invigorating the writing of the history of education, resorting to analyses developed at the Imperial period, I propose in this article to approach Santa-Anna Nery's production based on two problems (comparison and statistics) and on the focus on primary education.

## Keywords:

*historiography of education; Santa-Anna Nery; Amazon; empire; primary education.*

*A minha política cifra-se em defender o Brasil no estrangeiro sempre que o Brasil tenha razão e ainda mais pertinazmente quando não a tenha. A pátria é mãe: ninguém confessa os defeitos da mãe a estrangeiros.*

SANTA-ANNA NERY, 1885, apud BORGES, 1970, p. 74

A escrita da história da educação no Brasil mobilizou diferentes sujeitos e respondeu a distintos objetivos desde as últimas décadas do século XIX, quando se registram as primeiras iniciativas do gênero. Recentemente, a decifração dessas interpretações tem agenciado pesquisadores do campo, interessados em compreender os modos como se foi configurando a produção historiográfico-educativa brasileira. Fernando de Azevedo talvez seja o autor mais visitado por essa comunidade, o que não exclui incursões sobre outros sujeitos como Afrânio Peixoto ou Laerte Ramos de Carvalho, apenas para citar poucos exemplos.

A predominância de padrões narrativos de matriz azevediana na produção histórica brasileira, o que inclui persistência de alguns temas, como a organização do sistema educacional e os anos de 1920 e 1930, e a memorização do passado educacional, foi escrutinada por Marta Carvalho (1989, 1998, 2000), Mirian Warde (1984, 1990, 2003), Zaia Brandão (1999 [1992]), Luís Carlos Barreira (1995), Maria Rita de Toledo (1996 [1995]), Carlos Monarcha (1989), Bruno Bontempi Jr. (1999 [1995]), Diana Vidal e Luciano Faria Filho (2003), dentre outros. Particularmente, no que tange a Afrânio Peixoto, destacam-se as análises de Clarice Nunes (1996), Heloisa Pimenta Rocha (2001) e José Gonçalves Gondra (2009). Sobre Laerte Ramos de Carvalho, debruçaram-se Carlos Monarcha (1996), Leonor Tanuri (1998) e Bruno Bontempi Jr. (2001), em especial.

Outros trabalhos e autores, no entanto, ficaram esquecidos. Frederico José de Santa-Anna Nery, que sonhou com uma civilização dos trópicos e viveu a maior parte de sua vida na Europa, foi um deles. Nascido em Belém, no ano de 1848, e falecido em Paris, em 1901, escreveu dois artigos em que tematizava a história da educação. O primeiro deles veio a lume em 1884, na *Revue Pédagogique*, e intitulava-se “L’instruction publique au Brésil”. O segundo, denominado “Instruction Publique”,

escrito em coautoria ao Barão de Saboia, Louis Cruls e Barão de Teffé, constituía-se em um capítulo do livro *Le Brésil en 1889* (avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et cartes. Paris: Charles Delagrave, 1889), obra organizada para a Exposição Universal do mesmo ano.

Quatro podem ter sido as razões do esquecimento de Santa-Anna Nery para o campo da história da educação. A primeira delas deve-se possivelmente ao fato de que os dois textos circularam apenas em francês (o que, por certo, causa mais embaraços para os leitores atuais que aos seus contemporâneos), sendo escassamente veiculados no Brasil. A segunda, mais provável, remete à consideração do apagamento sistemático que a historiografia republicana efetuou dos intelectuais afinados com a monarquia. Vale destacar que Santa-Anna Nery chegou a ser preso, em 1897, e desterrado em Fernando de Noronha, por sua manifestação a favor da constituição do Império após o golpe militar que levou à Proclamação da República. Sua libertação deveu-se à defesa efetuada por Rui Barbosa.

Em terceiro lugar, é preciso ter em conta que Santa-Anna Nery, como era corrente à época, discorria sobre várias áreas do conhecimento, escrevendo sobre agricultura, folclore, imigração, geografia, dentre outros temas. Apenas para se ter uma ideia de sua erudição, no livro *Le Brésil en 1889*, assinou capítulos sobre trabalho escravo e trabalho livre, comércio e navegação, literatura, propriedades industriais e literárias, além de instrução pública. Não era professor, inspetor ou proprietário de colégio particular. Logo, não circunscrevia suas indagações à arena educativa, nem com ela estabelecia identidade direta.

Por fim, a última razão refere-se ao fato de Santa-Anna Nery ter sido acusado por Silvio Romero de plágio da obra *Cantos populares do Brasil*, omitindo fontes e copiando ideias a respeito das tradições formadoras do folclore brasileiro no seu livro *Folclore brasileiro* (1889). Na segunda edição de *Cantos*, Romero chegou a fazer o seguinte comentário: “Não esquecer que esta introdução foi publicada em 1873 na revista *Brazileira* e plagiada mais tarde pelo Sr. Santa-Anna Nery, um singular barão que vive em Paris, em seu livro *Folk-lore Brésilien*” (Romero, 1883 apud Coelho, 2007, 83).

Para Anna Coelho (2007, p. 83), entretanto, as acusações eram injustas e foram motivadas pelo seguinte episódio:

Possivelmente, Romero não deve ter gostado da associação feita por Santa-Anna Nery, que ligava seu nome ao do escritor português Theophilo Braga, descrevendo um desentendimento ocorrido entre os dois. O texto de *Cantos populares do Brasil* foi publicado inicialmente na *Revista Brasileira*. Theophilo Braga resolveu reunir em dois volumes esses textos, acrescentando apenas um prefácio e algumas notas, o que foi suficiente para Romero “queixar-se amargamente”, vendo uma falsificação de seu trabalho original. A “gota d’água” desta polêmica ocorreu quando Santa-Anna Nery, em uma comparação erudita e sarcástica, utilizou uma expressão latina *si parva licet componere magnis* (citando as Georgícas; IV, de Virgílio na qual compara o trabalho dos cíclopes com o das abelhas) para demonstrar o quanto era desnecessário o mau-humor de Romero.

Conhecido como o “rei da polêmica”, Silvio Romero tinha grande influência na intelectualidade brasileira no período. É preciso lembrar que a crítica ferrenha que opôs ao educador e médico Manuel Bonfim concorreu para lançá-lo no esquecimento, do qual foi retirado apenas nos últimos vinte anos; mesma época, aliás, em que Santa-Anna Nery foi reabilitado por Luís da Câmara Cascudo.

Com o intuito de trazer à cena esse personagem e tensionar a escrita da história da educação, recorrendo a interpretações forjadas no período imperial, pretendo, neste artigo, abordar alguns dos aspectos tratados por Frederico José de Santa-Anna Nery. Restringirei a análise, apenas, ao texto publicado na *Revue Pédagogique*, selecionando duas problemáticas – a comparação e a estatística – e circunscrevendo o estudo ao nível de ensino primário.

Antes, porém, para compreender melhor os móveis de sua interpretação, vou deter-me na apreciação de duas questões caras a Santa-Anna Nery: a imagem do Brasil no exterior e a identidade amazônica. A estratégia pretende esclarecer a situação ambígua vivida pelo intelectual, que saiu do Brasil aos 14 anos de idade e residiu na Europa até sua morte.

A defesa da pátria, como uma mãe distante, perante os estrangeiros foi assumida por ele como missão, como adverte na epígrafe. Aliás, é interessante destacar que a própria relação de Santa-Anna Nery com a mãe foi construída sobre uma ausência: o intelectual brasileiro ficou órfão aos 7 anos de idade.

## Identidade amazônica e imagem do Brasil no exterior<sup>1</sup>

*Como era possível que um mura, sahido das cabeceiras do Amazonas, se civilizasse assim por este processo, chegando na mesma geração ao mesmo grau de aperfeiçoamento que um europeu? [...] Um jornal da corte publicou a biografia do Dr. Santa-Anna Nery. Ahi soube que não se tratava mais de um mundurucu, mas de um filho de um homem muito respeitável do Amazonas, influência política em sua terra, – tuchaua também, porém de casaca e luva de pelica.*

ARARIPE JÚNIOR *apud* REGO, 1882, p. 29.

Araripe Jr., no elogio feito a Santa-Anna Nery, resume as contradições vividas por esse intelectual amazonense na adolescência e vida adulta. Explícita, outrossim, os matizes do pensamento positivista que guiavam a interpretação do real no período. A remissão aos termos indígenas “mura”, “mundurucu” e “tuchaua” merecem detalhamento. Mura e Mundurucu correspondem a etnias habitantes da Amazônia. Já tuchaua é o título conferido àquele que assume a chefia da tribo guaicuru. Na associação inicial entre Santa-Anna Nery e os índios da Amazônia que estabeleceu Araripe Jr., parecia impossível que esse filho do Pará pudesse exibir uma capacidade intelectual no “mesmo grau de aperfeiçoamento que um europeu” em uma “mesma geração”. Com o pensamento impregnado pelo evolucionismo, Araripe Jr. confessava que sua estupefação

cessara apenas no momento em que descobriu ter Santa-Anna Nery origem portuguesa (“tuchaua de casaca e luva de pelica”).

A experiência da alteridade e a formação religiosa parecem ter sido os traços mais marcantes da biografia desse amazonense. E talvez tenham sido eles os elementos propulsores da autoconferida missão em prol da imagem do Brasil no estrangeiro. Para melhor entender os dois aspectos, acompanhem alguns momentos de sua biografia como forma de introdução à problemática<sup>2</sup>.

Com a morte da mãe, em 1855, Santa-Anna Nery mudou-se para Manaus, onde o pai havia sido destacado como oficial do exército. Em 1862, tendo realizado seus estudos no Seminário São José, única instituição de ensino secundário da Província, obteve o consentimento paterno para seguir na formação religiosa. Assim, enquanto seus irmãos abraçaram a carreira militar, Frederico José de Santa-Anna Nery rumou para Paris, sendo admitido no Seminário de Saint-Sulpice, companhia de vida apostólica de direito pontifical, de vertente clássica e austera, onde recebeu as ordens menores. A vaga fora-lhe conseguida pela influência de D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará e antigo seminarista na instituição. Santa-Anna Nery havia participado da comitiva de Macedo Costa na primeira visita pastoral que o bispo fizera ao Amazonas.

Cinco anos depois, em 1867, Santa-Anna Nery bacharelou-se em letras e, em 1870, sagrou-se doutor em direito na Universidade de Roma. No mesmo ano, assumiu a redação da revista católica *La Esperanza*. Em 1871, publicou o livro *Les finances pontificales*, pelo qual recebeu o título de barão, concedido pelo Papa Leão XIII. Sua proximidade com a hierarquia eclesiástica sofreu abalos, entretanto, no ano seguinte. Em 1872, rompeu com os “velhos católicos”, círculo influenciado pelo padre Jacintho (Hacinthe) Loyson, professor de filosofia e dogmática do Seminário de Saint-Sulpice. Na oportunidade, Santa-Anna Nery deixou Roma e durante dois anos viajou pela Europa, escrevendo como correspondente para vários jornais.

1. Agradeço à doutoranda Inara Garcia o auxílio na coleta de dados para esta análise.

2. As informações foram retiradas de Rego (1882), Bispo (1982), Martins (2005) e Coelho (2007).

A “missão” em prol do Brasil e a “vocação” de jornalista foram despertadas, entretanto, em período anterior. Ainda em 1869, aos 21 anos de idade, publicou artigos no jornal católico *L'Univers*, defendendo a posição do Brasil na Guerra do Paraguai. Em 1874, com a mudança definitiva para Paris, passou a colaborar mais diretamente com os jornais franceses *L'Événement*, *Écho de Paris*, *L'opinion* e *Le Figaro*, escrevendo artigos sobre as terras brasileiras. Foi diretor do periódico *L'Amérique* e o primeiro correspondente brasileiro do jornal *Republique Française*, criado por Leon Gambito, um dos chefes prestigiados do partido republicano francês. Iniciou sua contribuição com o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, atividade que manteve até 1882, assinando a coluna/folhetim “Ver, ouvir e contar” e atuando como correspondente do jornal em Paris. Nesse período, casou-se com a inglesa Annie-Louis Wellesty (protestante que se converteu ao catolicismo por sua causa).

No ano de 1880, Santa-Anna Nery pronunciou conferências sobre literatura brasileira na Associação Internacional de Professores de Paris. Em 7 de setembro de 1881, lançou a revista mensal *Le Brésil*, e em 1884 fundou a Sociedade Internacional de Estudos Brasileiros (que oferecia aulas de português e abria sua biblioteca ao público). Fundou também, em 1884, o periódico *Revue du Monde Latin*. Foi membro da diretoria da Associação Literária Internacional, oficial da Academia da França e Cavaleiro da Legião de Honra. Participou da organização do pavilhão brasileiro na Exposição Universal de 1889, na França, e foi organizador do livro *Le Brésil en 1889*, lançado nessa mesma exposição.

Em 1882, voltou ao Brasil pela primeira vez em vinte anos e recebeu homenagens de D. Pedro II, tornando-se oficial da Ordem da Rosa. Em Portugal, já era comendador da Ordem de Cristo, por suas conferências sobre Camões. Dentre as homenagens recebidas no Rio de Janeiro, está a publicação *Traços biográficos de F. J. de Santa Anna Nery*, elaborada por Pedro do Rego e editada pela Faro & Lino (1882), que colige elogios de políticos e intelectuais brasileiros do período, como José do Patrocínio, Machado de Assis e Araripe Júnior, dentre outros. Dos dois últimos intelectuais, retirei as epígrafes utilizadas em subitens deste artigo.

Santa-Anna Nery retornou ao Brasil, novamente, em 1885, quando fundou, com o patrocínio do presidente da província do Pará, a Sociedade Paraense de Imigração. As viagens que fez entre 1882 e 1887 às terras brasileiras serviram-lhe também para realizar a pesquisa necessária à elaboração do livro *Folclore brasileiro*. Em 1886, atuou como representante na Europa da Sociedade Paraense de Imigração, firmando contrato com a província para introdução de imigrantes em 1887. Santa-Anna Nery defendia a imigração estrangeira como forma de alcançar a modernidade e a civilização. Acreditava que a agricultura e o uso racional dos recursos da floresta em indústrias de medicamentos e alimentação permitiriam o progresso da região amazônica. Em 1889, chegou a publicar o *Guide de l'emigrant du Brésil*<sup>3</sup>.

De acordo com Ana Maria Daou (2000, p. 14), Santa-Anna Nery expressava “um caso paradigmático de ascensão social pelo mérito e de notável capacidade de transitar entre diferentes círculos sociais” para a elite amazônica. A singularidade de sua trajetória é tributada pela autora ao fato de ter passado toda a sua vida fora do Amazonas, “o que veio a fortalecer a atuação, a posição e as redes de relações de seus numerosos irmãos mais novos, que ocuparam cargos de prestígio e poder, como governadores e políticos, por pelo menos uma década”<sup>4</sup>.

Monarquista, Santa-Anna Nery era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, como boa parte de sua geração que

3. Dentre suas obras, encontram-se: *Les finances pontificales* (1871); *A lógica do coração; Prisioneiro do Vaticano; Um poeta do XIX século: Gonçalves Dias* (1875); *Camões et son siècle* (1879); *Literatura Brasileira* (1880-81); *Lettre sur le Brésil; réponse au time* (1880); *Le pays du café* (1882); *Le pays des Amazones l'El-Dorado – Les terres a caotchouc* (1885); *Folk-lore Bresilien – Poesie – Populaire – Contes et legendes – Fables et Mythes – Poesie, Musique, Dances et croyances des indiens* (1889); *Guide de l'emigrant du Brésil* (1889); *Le Brésil en 1889* (1889); *L'émigration et immigration pendant les dernières années* (1892); *Aux États Unis du Brésil; De Paris a Fernando de Noronha; O Pará em 1900* (1900). Em 1981, teve o livro *O país das Amazonas* traduzido para o português, pela EDUSP. Em 1992, *Folclore brasileiro* saiu pela Massangana, de Recife.
4. Sobre o capital social de Santa-Anna Nery, ver, além de Daou (2000), Alves (2009).

assumiu a missão de fundar uma interpretação de país de caráter científico, encontrava-se preso na mesma rede conceitual que atava Araripe Jr. Ambos enfrentavam a difícil tarefa de explicar a constituição do povo brasileiro na repetição do mito das três raças. A identidade amazônica de Santa-Anna Nery, assim, era geográfica. O pertencimento racial, no entanto, estava associado ao colonizador europeu. Concebia-se como um brasileiro branco e civilizado.

A cisão desse legado amazônico entre etnia e naturalidade constituía-se em uma das chaves de compreensão da motivação pessoal do autor em divulgar a região na Europa. Almejava libertar-se da imagem de selvagem, que o acompanhara durante sua vida adolescente e adulta. O sentimento de alteridade movia-o a criticar a representação exótica e fabulosa do Brasil existente na França ainda no oitocentos. Em *País das Amazonas* (1981, p. 110), Santa-Anna Nery recordou seu aborrecimento com perguntas “ingênuas” feitas a ele em colégios e universidades europeias:

Quantas vezes nos foi perguntado, durante nossa longa estada na Europa, em colégios e universidades que frequentamos, se dormíamos ao ar livre, se tirávamos água da fonte em crânios mortos, e se nossas roupas eram feitas com plumas de pássaros azuis! Infelizmente, tivemos que responder a essas ingênuas perguntas, que tínhamos deixado contagiar pela prosaica civilização europeia; que trocamos o arco secular pela carabina Miner; que introduzimos o conforto em nosso meio selvagem, e que as cidades, as aldeias e os simples povoados do nosso Amazonas substituíram vantajosamente as cabanas de folhas ou de terra batida que os europeus gostam de se representar em seus sonhos de Robinsons suíços.

Partilhando das concepções de Silvio Romero, que considerava a miscigenação do povo brasileiro uma vitória do sangue branco, procurava mecanismos que lhe permitissem conciliar as teorias evolucionistas e as possibilidades de futuro para o Brasil. O indígena, assim, aparecia na obra de Santa-Anna Nery sempre com os atributos da ingenuidade, caracterizado como primitivo e domesticável. O interesse que manifestava pelo

folclore decorria do desejo de registro de uma “cultura primitiva”, que seria “naturalmente” eliminada ao longo do processo civilizatório.

De acordo com Anna Coelho, a representação índia em Santa-Anna Nery constituía-se no entrelaçamento de três vertentes. Forjava-se sob o signo do romantismo (ingenuidade, bom selvagem); no bojo do movimento de romanização da Igreja, em que se reforçava a ação catequética; coadunando-se também aos preceitos do evolucionismo e da antropologia de Eduard Tylor, esteio teórico do trabalho dos folcloristas do período. A mesma autora destaca a amizade de Santa-Anna Nery com o iminente etnólogo e antropólogo francês Roland Bonaparte. Desenhar o indígena como dócil servia também ao barão a seus propósitos de propagar uma Amazônia acolhedora à imigração europeia.

Na defesa da pátria brasileira, Santa-Anna Nery fez uso das artimanhas da retórica. E, valendo-se dos primados da comparação e da estatística, operações em voga no pensamento da época para hierarquização das nações, subvertia, por meio da sua escrita, a imagem de Brasil que circulava na Europa. A maneira como teceu as tramas narrativas no que concerne à educação é o que veremos a seguir.

## A instrução pública como objeto da escrita de Santa-Anna Nery

*O convite não pode ser mais amável. Saúdo ao digno brasileiro que, longe da Pátria, no centro onde é fácil esquecer todas as cousas remotas, não se limita a lembrar-se do Brasil: – ama-o, defende-o e honra-o por seus talentos brilhantes e variados estudos. “Não é só um patriota, é também um exemplo”.*

MACHADO DE ASSIS apud REGO, 1882, p. 28

O artigo “L’instruction publique au Brésil” saía a lume na *Revue Pédagogique* apenas dois anos após o elogio efetuado por Machado de Assis e confirmava a verve do literato. Nele, Santa-Anna Nery valia-se de seu talento e brilhantismo na pena para compor um retrato lapidado

da educação brasileira. O artigo organizava-se em torno de cinco itens. O primeiro tratava do período colonial. O segundo discorria sobre a instrução primária. A instrução secundária e superior no Império era objeto de análise nas partes III e IV. Concluía com o que o intelectual amazonense denominou de instrução especial, referindo-se à educação militar, profissional e técnica.

Antes de abordar o tema propriamente dito, o Autor tecia considerações sobre o que entendia como triplo erro de interpretação dos livros publicados sobre a instrução pública no Brasil:

As questões do ensino que se colocam por todos os lados hoje não são sempre resolvidas de acordo com os métodos estritamente científicos. Na maioria dos livros escritos sobre a matéria após o despertar da instrução pública na França, encontramos frequentemente um triplo erro que consiste em acreditar: a princípio que existe um *summum* de perfeição absoluta para as coisas do ensino público; em segundo lugar, que esta perfeição absoluta não se realiza a não ser por uma espécie de ecletismo prático sobre tudo o que se faz de melhor nos diversos países do globo; e, enfim, que o progresso deve ser medido, não pela comparação daquilo que é com o que foi em um dado país, mas em relação aos fatos escolares deste tipo de perfeição que falamos acima, e que acreditamos encontrar melhor reproduzida em tal ou qual nação vizinha [p. 204].

Na demonstração dos avanços obtidos pelo Brasil em termos educacionais, Santa-Anna Nery, assim, não se negava a comparar. Aliás, a comparação norteava sua escrita nos dois textos elaborados sobre a instrução pública. No primeiro, sobre o qual nos detemos, a proposta era comparar 1869 com 1822, momento da Independência (e, por conseguinte, do início do Império) e 1876 com 1869, mostrando os avanços obtidos pela Monarquia. No segundo texto, a comparação operava-se em 1889, por ocasião da presença do Brasil na Exposição Universal de Paris, com respeito a 1867, quando o país participara também de uma Exposição Universal, realizada também em Paris. Os dois artigos, desta forma, poderiam ser compreendidos como uma sequência – o capítulo inserido no *Le Brésil*

em 1889 constituindo-se em uma espécie de continuação e atualização das informações concedidas anteriormente em 1884 à *Revue Pédagogique*.

Ao predispor-se a comparar, Santa-Anna Nery sintonizava-se à concepção de ciência do final do Oitocentos, tecendo os argumentos de uma retórica magistral. Iniciava a escrita pela evocação do bom método científico. Por oposição, apontava os erros comuns das interpretações, decorrentes da má conduta metodológica. E apresentava a correta perspectiva de análise. Astuciosa, a estratégia elidia, por impertinente (pelo menos em um primeiro momento), as comparações entre Brasil e França, deixando o intelectual amazônico à vontade para destacar os progressos do nosso país. Tomava a história por conduto e recusava a referência a universais. Nesse sentido, não deixava de se aproximar do pensamento de Manuel Bomfim, em *América Latina, males de origem* (1903), quando fez uso da história para escapar aos determinismos. Mas a aproximação cessava aí; o tratamento linear e positivo dado aos fatos históricos repunha a interpretação nos trilhos do evolucionismo.

O segundo parágrafo mostrava-se tão interessante quanto o primeiro para acompanhar a argumentação de Santa-Anna Nery. Dizia ele: “Com um semelhante sistema de apreciação nos expomos a esquecer que o melhor dos regimes escolares é aquele que responde melhor ao temperamento nacional, às necessidades do momento e às instituições gerais do país” (p. 204).

Partindo dessa conclusão, o intelectual amazônico autorizava-se a operar com as especificidades do Brasil, estabelecendo as distinções com a França. E eram essas distinções que justificavam as diferenças em termos do quadro educacional. Enquanto na França republicana o Estado era centralizado e laico, no Brasil monárquico o Estado era democrático e descentralizado, tendo a religião católica apostólica romana como oficial. No primeiro país, a gratuidade da educação era recente. No segundo, uma conquista antiga, assegurada desde a Constituição de 1824.

Como decorrências desse cenário, estavam as características da instrução pública em cada nação. O governo francês tinha se visto na necessidade de assumir a responsabilidade do ensino público em todos os graus. Somente assim poderia afastar a ingerência da Igreja

católica e corresponder às expectativas de um regime centralizado. No caso brasileiro, a questão tomava outros contornos. A gratuidade da educação era uma exigência do primado democrático, o que não impedia o governo de tornar facultativo o ensino, uma vez que ocorria em um Estado livre. A instrução tanto poderia apresentar-se centralizada quanto descentralizada, posto que o Império se constituía em sistema federativo. Era o respeito à autonomia e à liberdade das províncias que emulava a distinção entre o ensino primário provincial e municipal, o ensino secundário provincial e o ensino superior monopólio do Estado. Por fim, os princípios que regiam a educação não eram nem totalmente laicos, nem exclusivamente religiosos, mas uma mistura entre filosofia prática livre e religião. Essa especificidade trazia problemas para a escrita sobre a educação, reconhecia Santa-Anna Nery. A descentralização levava à necessidade de compilar leis, orçamentos, regulamentos das vinte províncias, além do município da Corte. Mas não impedia a construção de um panorama geral da instrução pública no Brasil, asseverava o intelectual amazônico.

Nossos vícios transformavam-se, assim, em nossas virtudes. O Estado brasileiro era afirmado como o defensor dos valores caros ao mundo civilizado: democracia, liberdade e autonomia. No engenhoso exercício da retórica, Santa-Anna Nery conseguia deixar à sombra o regime escravocrata, pedra de toque da crítica europeia à Monarquia brasileira. O exercício desfazia-se na introdução ao livro *Le Brésil en 1889*. A escrita de Santa-Anna Nery, naquele momento, insistia em realçar a libertação recente dos escravos no Brasil, evidenciada como uma conquista liberal. O parágrafo era exemplar:

Mas por uma coqueteria de nação liberal e latina, o Brasil não quis se apresentar em Paris, no momento do centenário da revolução Francesa, sem trazer uma prova evidente de seu verdadeiro respeito aos Direitos do Homem e de seus progressos na liberdade, como ele já tinha feito em 1867. De fato, em 1867, o Brasil entrava em Paris anunciando que abria o grande rio Amazonas aos pavilhões de todas as nações amigas. Em 1889, ele aqui veio mostrar sua bandeira verde e ouro de onde desapareceu a tarja negra da escravidão. Ele

traz uma Bastilha destruída e a libertação de mais de um milhão de homens. Ele traz uma Revolução como feita ontem, e que verteu lágrimas de reconhecimento [1889, p. XI].

Vale destacar a força semântica das comparações entre a libertação dos escravos no Brasil e a Revolução Francesa, utilizada para captar o imaginário da população francesa e ampliar a simpatia pelo governo brasileiro.

As artimanhas da retórica seriam novamente evocadas no elogio ao governo monárquico emergente nos itens seguintes do artigo publicado na *Revue Pédagogique* em 1884. Como um convite à leitura do texto, vou deter-me apenas nas duas primeiras partes, que correspondem às iniciativas educacionais do período colonial e à instrução primária no Império.

### *O período colonial*

Santa-Anna Nery iniciou sua incursão pelo cenário educativo brasileiro recuando à Colônia, que aparecia descrita por ele como “terra inexplorada”. Indagava: se o Brasil era tido como um território a ser explorado em suas riquezas pela matriz, por que instruir a população? Os jesuítas não chegaram a ser mencionados, destacando, o autor, apenas a ação de missionários, a tolerância a algumas escolas de gramática e o ensino pela lógica prática. A isso acrescentava como evidência do obscurantismo colonial a inclusão da “instrução no Index”.

É interessante perceber que o católico Santa-Anna Nery minimizava (ou mesmo condenava) a ação religiosa na Colônia. Como vimos, o intelectual estudou no Seminário de Saint-Sulpice, à época impregnado pelo ideal restaurador da Igreja católica, no qual também havia estudado o Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, seu “mentor” e um dos seus principais representantes da Restauração no Brasil. Apoiou as iniciativas do mesmo bispo no que concerne à catequese indígena, participando inclusive da primeira visita pastoral realizada por Macedo Costa à Amazônia.



De acordo com Karla Denise Martins (2005, p. 41), Macedo Costa manifestava grande apreço à ação catequética do jesuíta Padre Antônio Vieira.

Um dos nomes mais citados nos textos do bispo do Grão-Pará foi o do Padre Vieira. D. Macedo Costa ressaltava a importância desse prelado para os projetos de catequese indígena. Entre os feitos de Vieira, exaltados por D. Macedo Costa, estava a luta por manter as missões indígenas mesmo contra os interesses dos colonos da Amazônia, já que estes reclamavam a falta de braços para as lavouras.

Não fosse o proeminente lugar que ocupa Vieira na produção católica sobre o Brasil, mesmo assim, teria Santa-Anna Nery tido contato com a literatura produzida pelo jesuíta, por meio das relações com D. Macedo Costa.

Assim, o esquecimento do trabalho jesuítico no Brasil somente poderia ser proposital. Santa-Anna Nery escrevia durante o segundo mandato de Jules Ferry como primeiro-ministro na França. Republicano, maçom, positivista e anticlerical, Ferry, como ministro da educação, havia tornado a escola francesa laica e republicana, promovendo a gratuidade do ensino primário (1881) e sua obrigatoriedade (1882). Dentre outras iniciativas, Jules Ferry tinha, em 1880, dissolvido os jesuítas na França, suprimindo seus colégios. Destacar naquele momento a ação jesuítica no Brasil era lançar o texto no vórtice de uma disputa que ainda acalorava os ânimos na sociedade francesa. Santa-Anna Nery calou sobre a Ordem e, mesmo, postulou-se como aliado dos defensores da escola laica. Vale lembrar que a *Revue Pédagogique*, em que o artigo apareceu, era a publicação oficial do Ministério de Instrução Pública. O silêncio servia-lhe ainda para dar ênfase à metáfora luzes (Império) *versus* trevas (Colônia) com a qual tecia a argumentação.

As mudanças nesse panorama de “terra inexplorada” da Colônia decorreriam, para Santa-Anna Nery, da invasão napoleônica em Portugal e da vinda da família real ao Brasil. Destacava, então, Santa-Anna Nery, que, a partir daí, criaram-se a Academia de Belas Artes (1816), o Museu

Nacional (1818), a Escola de Ciências Médicas e Cirúrgicas (1818) e a Escola da Marinha (1818). Mas, ressaltava, nada fora feito em prol da “instrução elementar das massas”.

A redenção desse estado lastimável da educação se faria pela atuação dos homens de coração e vontade, que estudaram em Lisboa e Coimbra, e compreendiam a importância da instrução. A virada ocorreu, portanto, no Império. Nesse duplo movimento, Santa-Anna Nery instalava a fundação da “instrução elementar de massa” no período imperial, negando os investimentos de D. João VI e mesmo as mudanças operadas no contexto brasileiro pelo Iluminismo português. Não só os jesuítas e as outras congregações religiosas foram banidos do cenário educacional brasileiro em sua escrita, como as reformas pombalinas dele desapareceram também. O Iluminismo português, entretanto, subjazia na menção às Universidades de Lisboa e Coimbra. Era o Império, esclarecido e liberal, o redentor da educação. E era esse movimento que permitia que a gratuidade fosse assegurada à instrução primária logo após a Proclamação da Independência.

Não deixa de ser instigante comparar a operação realizada pelo monarquista Santa-Anna Nery na leitura da educação brasileira à de republicanos no pós-1889, invertendo os sinais da análise. O Império passou, então, a assumir o lugar das trevas, enquanto a Colônia recebeu novo influxo de luz, no destaque fundamental aos jesuítas, especialmente sob a pena de Afrânio Peixoto e Fernando de Azevedo, dentre outros. Parece que apenas o pombalismo se manteve na zona de esquecimento nos dois conjuntos discursivos. Talvez a razão seja a mesma nos dois casos: fundar no novo regime político (monarquia ou república) as raízes do sistema público e estatal de ensino no Brasil, recusando assim o pioneirismo português.

### *A instrução pública primária*

Para abordar a instrução pública primária no Império, Santa-Anna Nery fez largo uso das estatísticas, ainda que reconhecesse a precariedade dos dados no Brasil, fosse em função da falta de uma sistemática quinquenal de levantamento (como ocorria na França), fosse por sua

dispersão pelas províncias, o que exigia o esforço de coligir informações em diferentes fontes. Por isso, recorreu a uma documentação farta que incluía os relatórios de presidentes de províncias; o relatório de Souza Bandeira, inspetor geral do Rio de Janeiro; o *Almanaque das Províncias* e um livro recentemente publicado por Carlos Leôncio de Carvalho<sup>5</sup>. Ao cruzar diversas fontes, o autor pretendia evitar “todas as causas de erro e dar a este trabalho um valor real” (1884, p. 210). Com o procedimento, demonstrava novamente sua sintonia ao pensamento científico do final do Oitocentos e conferia às cifras enunciadas o lugar de prova.

A escrita da segunda parte do texto começava com a citação ao capítulo VII, art. 179, parágrafos 32 e 33 da Constituição de 1824, que garantia a gratuidade do ensino primário e previa a criação de colégios e universidades para ensino dos elementos das ciências, letras e artes. Na sequência, tomando outra peça do legislativo, Santa-Anna Nery apresentava o Ato Adicional de 1834 e seus dois princípios concernentes à instrução primária, que previam a gratuidade e a descentralização do ensino. As razões do estabelecimento do dispositivo da descentralização eram atribuídas à imensidão territorial do Brasil e a sua desigual distribuição populacional. Seu efeito evidente era a emulação da competência administrativa das províncias em termos educacionais, a que, de acordo com o autor, elas não se furtaram em se mostrar à altura.

A lei de 15 de outubro de 1827, no entanto, não foi mencionada por Santa-Anna Nery. A primeira legislação dedicada especificamente a disciplinar o ensino de primeiras letras no Brasil independente, ao criar escolas, estabelecer o método de ensino e fixar as bases da carreira do magistério, foi totalmente esquecida pelo intelectual amazonense. As razões desse apagamento me escapam. A referência à lei não apenas serviria de reforço à argumentação do autor, como se coadunava ao mo-

delo interpretativo da realidade ao qual se filiava. Formado em direito, Santa-Anna Nery partilhava com outros intelectuais brasileiros a crença no poder transformador da lei e em sua capacidade de constituir uma identidade para a nação brasileira.

Como estratégia de convencimento dos avanços brasileiros em termos educativos, Santa-Anna Nery estruturou sua narrativa tomando por base, novamente, a comparação que ele operou de duas formas. Em primeiro lugar, cotejou internamente as iniciativas brasileiras, balizadas entre dois tempos: um remoto (1869) e outro contemporâneo (1876). A seguir, comparou o Brasil com algumas nações europeias. Nos dois movimentos, provava de forma inequívoca a dedicação do Império às questões relativas à instrução.

De acordo com o autor, no ano de 1869, havia 3.516 escolas públicas primárias no Brasil, com uma frequência de 115.735 alunos de ambos os sexos. Isso significava aproximadamente uma escola por cada 2.394 habitantes livres, em uma população estimada de 8.419.672 habitantes livres pelo censo de 1872. Realçava Santa-Anna Nery que era preciso levar em consideração que apenas 1.902.424 habitantes livres estavam em idade escolar (entre 6 e 15 anos), o que fazia reduzir a proporção para uma escola por 541 crianças.

Apenas sete anos depois, em 1876, os progressos da instrução pública brasileira eram evidentes. O número de escolas havia atingido o patamar de 6 mil unidades, com frequência de 200 mil alunos de ambos os sexos. Isso representava uma escola para cada 1.250 habitantes livres, ou melhor, uma escola para cada 314 habitantes livres em idade escolar. Máxime que, na cidade do Rio de Janeiro, esta proporção era ainda menor: uma escola para cada 210 habitantes livres.

Tomando esses dados e buscando informações sobre os países europeus para o ano de 1876, Santa-Anna Nery conseguia afirmar que o Brasil se encontrava em nível de investimento educativo pouco inferior à Europa. A relação escola/número de habitantes apresentava índices não muito distantes, se considerarmos a estatística para o Rio de Janeiro, da França (1/183 hab.), Itália (1/165 hab.), Alemanha (1/128 hab.) e Bélgica (1/120 hab.). O mais surpreendente, no entanto, era perceber que

5. Santa-Anna Nery não indica precisamente a que publicação de Leôncio de Carvalho se refere. Poderiam ser: *Relatório apresentado à Assembleia geral legislativa pelo ministro e secretário de estado dos negócios do Império*, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879; ou *Conferências effectuadas na Exposição Pedagógica*, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884.

o Brasil se aproximava dos demais países europeus também em termos de frequência. Enquanto a França exibia uma frequência escolar de 48% e a Itália de 49%, o Brasil ostentava o índice de 34%.

Se esses cálculos não fossem suficientes para demonstrar a pujança do cenário educacional brasileiro, Santa-Anna Nery lançava mão de mais uma investida matemática. Ao alertar que a idade escolar no Brasil se estendia dos 6 aos 15 anos e ao considerar que muitas das crianças de 10 e 12 anos, pela sua frequência à escola, já haviam aprendido “tudo”, o autor concluía que a frequência, em 1877, poderia ser recalculada em 66%, o que colocava o Brasil em situação superior à da França (48%).

Ao concentrar a argumentação na população livre e ao usar de malabarismos matemáticos, Santa-Anna Nery foi capaz de desenhar um quadro da educação brasileira não muito distante (e em alguma medida até melhor) do que se vivenciava nos países civilizados. O expediente não apenas redefinía a posição do Brasil no concerto das nações europeias como reservava ao nosso país um lugar proeminente no panteão do mundo civilizado.

Antes de concluir sua exposição, o autor fazia referência ao decreto de 19 de abril de 1879, Reforma Leôncio de Carvalho. Destacava o caráter liberal de seus dispositivos – liberdade de ensino e obrigatoriedade escolar para a idade de 7 a 14 anos – e afiançava que a lei introduzia a livre-concorrência americana no ensino brasileiro. Talvez retomando os pareceres de Rui Barbosa, emitidos em 1882 e publicados em 1883, aos quais não fez remissão no texto, mas a quem o autor recorreu como advogado em 1897, Santa-Anna Nery qualificou a reforma de Leôncio de Carvalho como “um pouco prematura”, ressaltando que ela vinha encontrando dificuldades de execução em razão de suas demandas orçamentárias.

Santa-Anna Nery terminava a seção sobre instrução elementar afirmando que o Brasil não se igualava aos países europeus. Mas estava lutando bravamente por sua instrução. Mais uma vez as especificidades do regime monárquico e as qualidades da democracia e da sociedade brasileira se impunham na leitura da nossa realidade educacional. Não

deixa de ser um final retórico. Afinal, de alguma forma, ele havia afirmado a superioridade brasileira ante o contexto educacional francês...

## Comentários finais

Na escrita sobre a história da educação produzida por Santa-Anna Nery, interessa observar tanto o que destacou como sobre o que calou. São eloquentes as ausências em torno de temas significativos para a construção de uma memória educacional brasileira, como a ação jesuítica, as reformas pombalinas e a primeira lei do ensino elementar do Brasil independente. São também eloquentes as omissões de fatos notórios no cenário internacional, como a escravidão. Na estruturação do argumento, o recurso à polarização, manifesta no contraste entre luz e sombra e entre antes e depois, confluía para compor um personagem pleno: o Estado monárquico que preenchia o vazio de poder e a desorganização social que o havia antecedido. Os dois procedimentos evidenciam que o intelectual amazonense selecionou o que contar e o como contar, valendo-se da arte da retórica.

Com uma educação esmerada, Santa-Anna Nery tecia sua narrativa, guiado pelo intuito de persuadir seu auditório. Perseguia sua missão de defesa da pátria brasileira. Dessa maneira, organizou a exposição em função das expectativas que tinha da audiência. Muito possivelmente seguia as lições de Aristóteles. No segundo livro da *Retórica*, o filósofo grego alertava o orador sobre a importância da análise das paixões e emoções de um auditório para o efeito de convencimento.

Para começar, Santa-Anna Nery escrevia em francês fluente e em grande estilo, demonstrando que era interlocutor digno de ser apreciado pelos homens da educação na França. A questão da boa escrita não é problema menor no panorama francês. Ao contrário, Chervel (1999) revela-nos que na segunda metade do século XIX escrever bem e corretamente era símbolo de distinção social na França, e a ignorância da ortografia e da gramática, sinônimos de falta de cultura. Santa-Anna

Nery apresentava-se, assim, diante desses códigos, como um homem civilizado e culto.

No encadeamento de sua argumentação, procurou valer-se das teses admitidas pelo auditório. Assim, posicionar o governo monárquico como liberal, democrático e defensor da liberdade e da autonomia por certo almejava granjear a simpatia de seus interlocutores. O mesmo expediente era visado quando evitava mencionar temas polêmicos, como a escravidão e a educação jesuítica. Conferir validade científica à sua exposição também emergia como operação necessária, o que impunha não apenas usar o repertório da época, enraizando a análise no exercício da comparação, como sustentar a interpretação em dados qualitativos e em fontes oficiais. O recurso às estatísticas e os malabarismos aritméticos conferiam às afirmações valor de verdade positiva.

A escrita era persuasiva e possivelmente muito eficaz. Evitando as grandes polêmicas e valendo-se de metáforas que acentuavam a polarização, Santa-Anna Nery produzia um discurso palatável, embalava o leitor e apresentava de forma sutil a tese de um Brasil que se afastava da barbárie, guiado diligentemente por um Estado em sintonia aos apelos da civilização. Magistralmente cumpria com sua autoconferida missão, expressa na epígrafe deste artigo e repetida a seguir: “A minha política cifra-se em defender o Brasil no estrangeiro sempre que o Brasil tenha razão e ainda mais pertinazmente quando não a tenha. A pátria é mãe: ninguém confessa os defeitos da mãe a estrangeiros” (Santa-Anna Nery, 1885, apud Borges, 1970, p. 74).

Foi essa política que impeliu a verve de Frederico José de Santa-Anna Nery no artigo “L’instruction publique au Brésil”, publicado na *Revue Pédagogique*, em 1884. Sem que desconsideremos o investimento monárquico na educação de primeiras letras, especialmente no que concerne às últimas décadas do Oitocentos, é preciso concordar com a avaliação de Machado de Assis. Afinal, na defesa do Império, o intelectual amazonense demonstrava todo o brilhantismo de seus talentos.

## Referências bibliográfica

ALVES, Claudia. Frederico José de Santa-Anna Nery e um Brasil escrito para franceses. *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*, 11 a 15 de maio de 2009, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Bernardi, 2009. p. 88.

BARREIRA, Luís Carlos. *História e historiografia: as escritas recentes da história da educação brasileira (1971-1988)*. 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1995.

BISPO, Antonio Alexandre. F. J. de Santa-Anna Nery (1848-1901). Estudos culturais amazônicos e estudos culturais brasileiros na Europa no século XIX, 1976. *Encontro “Europeus no Amazonas”*. Paris. Apresentado em trabalhos desenvolvidos no Vaticano. Texto simplificado para a discussão durante o primeiro Fórum Brasil-Europa de Leichlingen, 1982, organizado por A. A. Bispo e realizado sob o patrocínio da Embaixada do Brasil na Alemanha. Disponível em: <<http://www.academia.brasil-europa.eu/Materiais-abe-84.htm>>. Acesso em: 08/12/2009.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993 [1903].

BONTEMPI JR., Bruno. História da Educação Brasileira: o terreno do consenso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999. p. 87-100.

\_\_\_\_\_. *A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese (Doutorado) – PUC-SP, São Paulo, 2001.

BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

BRANDÃO, Zaia. *A intelligentsia educacional: um percurso com Paschoal Lemme*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 71, p. 29-35, nov. 1989.

\_\_\_\_\_. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/Bragança Paulista: EDUSF, 1998. p. 329-353.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “L’histoire de l’éducation au Brésil: traditions historiographiques et processus de rénovation de la discipline”. *Paedagogica Historica – Internacional; Journal of the History of Education*, vol. 36, n. 3, p. 909-933, 2000.

CHERVEL, André. *La composition française au XIXe. siècle dans le principaux concours et examens de l’agrégation au baccalauréat*. Paris: Vuibert/INRP, 1999.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. Tese (Mestrado) – DEHIS/UFPA, Belém, 2007.

DAOU, A. M. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 6, (suplemento), p. 867-888, set. 2000.

GONDRA, J. G. Temperar a alma, retemperar os músculos: corpo e história da educação em Afrânio Peixoto. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2009, Rio de Janeiro. Educação, Autonomia e Identidades na América Latina. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, vol. 1. p. 197-198.

MARTINS, Karla Denise. *Cristoforo e a Romanização do Inferno Verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2005.

MONARCHA, Carlos. *A invenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira – a escola nova*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. História da educação brasileira: atos inaugurais. *Horizontes*, n. 14, p. 35-44, 1996.

NUNES, Clarice. “Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 67-79, jan./abr. 1996.

REGO, Pedro do. *Traços biográficos de F. J. de Santa-Anna Nery*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1882.

ROCHA, Heloisa H. P. “Recordação para professoras: a história da educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto”. In: GONDRA, José (Org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001. p. 11-36.

ROMERO, Silvio. *Folclore brasileiro*. 3 v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

TANURI, Leonor. Historiografia da educação brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de pós-graduação. *História da educação*, n. 3, p. 139-153, abr. 1998.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “As fontes d’A cultura brasileira”. *Horizontes*, n. 14, p. 45-142, 1996.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira. *Em Aberto*, Brasília, ano 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

\_\_\_\_\_. “Contribuição da História para a Educação”. *Em Aberto*, ano IX, n. 47, p. 3-11, jul./set. 1990.

\_\_\_\_\_. Historiografia da educação brasileira: mapa conceitual e metodológico (dos anos 1970 aos anos 1990). *Revista do Mestrado em Educação*, UFS, vol. 6, p. 45-50, fev./jun. 2003.

Endereço para correspondência:

Rua Paraguassu, 476, ap. 12

Perdizes, São Paulo

CEP: 05006-010

E-mail: [dvildal@usp.br](mailto:dvildal@usp.br)

Recebido em: 23 fev. 2010

Aprovado em: 10 jun. 2010